

**ARTEMREDE**  
juntos.mais fortes

# 3º fórum POLÍTICO

---

## ARTEMREDE

---

**REDES CULTURAIS:  
modelos de cooperação para  
o desenvolvimento dos territórios**

**CONCLUSÕES**

**2 MAIO 2019  
TEATRO-CINE  
DE POMBAL**



# INDÍCE

Índice .....	2
Conclusões .....	3
Documento-Base .....	7
Programa .....	17

# CONCLUSÕES

## INTRODUÇÃO

O 3º Fórum Político da Artemrede teve como tema as Redes Culturais como modelos de cooperação para o desenvolvimento dos territórios. Este encontro, promovido por uma Associação que tem demonstrado ser, ela própria, um exemplo de boas práticas no campo da cooperação intermunicipal, foi participado por cerca de 40 autarcas e outros decisores políticos, membros da Artemrede e convidados.

A Artemrede é um projeto de cooperação cultural constituído por 17 associados (16 municípios e a associação Acesso Cultura) com 14 anos de atividade ininterrupta nas áreas da programação cultural, do apoio à criação artística, da formação profissional e das práticas artísticas comunitárias. Durante o seu percurso demonstrou a capacidade de agregar escalas, realidades e atores diversos, cruzando os interesses e as especificidades locais com desafios e perspetivas de alcance regional, nacional e internacional.

O facto de a Artemrede ser uma rede composta por geografias, escalas e sensibilidades políticas diversas qualifica-a para promover um debate, pertinente para além do seu território, que contribua para influenciar decisões políticas e estratégicas na área cultural e da coesão territorial. É neste contexto que surge o Fórum Político, um encontro entre pares para discutir, ouvir e apresentar ideias, preocupações e propostas no campo das políticas públicas de cultura.

Este Fórum Político partiu da reflexão produzida no encontro anterior, em 2017, e que tem vindo a ser promovida pela Artemrede, sobre a importância de articulação entre Governo e Autarquias na promoção de medidas que contribuam para uma maior coesão territorial no acesso à cultura, à criação artística e à participação dos cidadãos na vida cultural.

Esta reflexão foi transposta para um documento-base, preparado pela Artemrede e enviado previamente a todos os participantes e que contou ainda com contributos de algu-

mas personalidades com conhecimento e experiência nesta matéria, permitindo assim uma maior amplitude de opiniões e perspetivas. Este documento é disponibilizado no final destas conclusões.

## O DEBATE

Após um período introdutório protagonizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Diogo Mateus, pela presidente da Direção da Artemrede, Catarina Vaz Pinto, e pela Diretora Executiva, Marta Martins, que apresentou o documento-base e descreveu o modelo de trabalho, os participantes foram distribuídos em quatro grupos, com uma composição equilibrada em termos de estatuto, pertença institucional e campo político. Cada grupo, dinamizado por um facilitador, teve a tarefa de debater algumas das questões abordadas no documento-base, nomeadamente:

- Que papel devem ter os municípios na construção de um modelo de financiamento e de cooperação entre o Governo e as Autarquias
- Quais as principais fragilidades, no campo cultural, existentes nos territórios periféricos e o que deve ser feito para as ultrapassar
- Que modelos e formatos de redes culturais podem e devem ser experimentados (geografias, naturezas dos parceiros, áreas de intervenção, natureza jurídica, etc) e que condições devem ser garantidas para a sua criação e/ou fortalecimento

No âmbito dessa discussão, e respondendo às questões anteriores, foi solicitado que cada grupo apresentasse as suas ideias, enquadrando-as nas seguintes categorias:

- proposta inovadora, concreta e realista
- compromisso de ação
- opinião / comentário / alerta

Independentemente das diferenças existentes entre os participantes, foi possível identificar vários pontos de convergência e posições consensuais, quer na identificação de fragilidades, quer no campo dos compromissos e das propostas:

1. Qualquer que seja o modelo de cooperação entre Governo e Autarquias, os municípios e as freguesias querem ter voz na sua construção. Quem melhor conhece os territórios deve ter a oportunidade de participar no processo de identificação de prioridades de investimento e na definição de formatos de

aplicação desse mesmo investimento. Os autarcas presentes não se reveem numa mera auscultação, mas sim numa efetiva participação no desenho e definição do(s) modelo(s).

2. A ausência (quase) generalizada de estratégias municipais para a cultura e a falta de recursos humanos qualificados nas equipas municipais de cultura foram as fragilidades mais assinaladas pelos autarcas, fragilidades estas que dificultam a estabilidade das políticas culturais locais. Foi, assim, defendido por todos os grupos a importância de as autarquias desenvolverem planos estratégicos para a cultura, em estreita articulação com outras áreas como a educação, a ação social ou o ambiente. Estes planos estratégicos plurianuais devem apresentar metas definidas e incorporar um sistema de autoavaliação. É também essencial, para o desenho de estratégias, mas também para a sua implementação, o reforço e a qualificação de competências nas equipas municipais de cultura. De uma forma geral, as equipas estão subdimensionadas, envelhecidas e pouco qualificadas. Afirma-se necessário, no contexto de qualquer estratégia municipal ou intermunicipal para a cultura, o investimento em recursos humanos qualificados nas autarquias.

Neste campo, e usando o exemplo da Artemrede, as redes culturais foram reconhecidas como potenciais instrumentos no combate a essas fragilidades, pela capacidade de promoverem uma visão estratégica a longo prazo, a capacitação dos seus membros através da aprendizagem interpares e a qualificação das equipas. Reiteradamente os membros da Artemrede presentes reafirmaram o papel da ação da Artemrede nestas frentes como uma mais-valia para os seus territórios.

3. O facto de as redes aparecerem repetidamente, durante o debate nos grupos, como a solução para estes e outros problemas ou como uma ferramenta de suporte à ação cultural autárquica, demonstra que estratégias para o desenvolvimento dos territórios assentes no modelo de rede continuam a fazer sentido e a demonstrar eficácia. No entanto, foi comumente aceite que as redes fecundas são necessariamente modelos orgânicos, assentes em relações e em interesses comuns.

Durante o debate foi discutida a proposta de criação da Rede de Teatros, um modelo apontado por vários como datado e desfasado dos modos atuais de produção, programação e receção das artes contemporâneas, por assentar em infraestruturas e numa excessiva setorialização. Efetivamente existem exemplos diversos de espaços multidisciplinares e versáteis, lugares não convencionais de apresentação de artes performativas ou visuais, programações inovadoras e estruturadas que não dependem do edifício para transformarem territórios e servirem as populações.

Igualmente relevante no debate sobre formatos de redes foi a questão geográfica e aqui voltou a aparecer uma expressão usada no Fórum Político anterior: territórios pertinentes, que não decalcam uma linha administrativa, mas antes se organizam segundo relações reais, de ajuda mútua e ação concertada. Assistimos por vezes ao desenho a régua e esquadro do território para efeitos de distribuição e gestão de financiamento e à criação de entidades intermunicipais que agregam municípios com base na proximidade geográfica. Durante o trabalho em grupos foi afirmada a importância das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, mas foi também partilhado o alerta que os modelos de cooperação entre autarquias não podem estar limitados este tipo de organização e de geografias.

Também a natureza dos seus membros foi um fator de consensualização, reconhecendo-se a importância de ativar os agentes locais, entidades públicas (municípios, freguesias, entidades supramunicipais) e privadas, na construção de redes ancoradas nos territórios e nas comunidades.

Concluindo, o 3º Fórum Político da Artemrede advogou pela criação de redes culturais e pelo apoio financeiro ao funcionamento das mesmas (através do Ministério da Cultura, do Ministério do Planeamento ou de outras áreas governativas, assim como no contexto do quadro financeiro Portugal 2030), como um dos meios para promover a democracia cultural em todo o território nacional. Esta estratégia deve partir de uma escuta ativa do território e dos seus atores - entre os quais as autarquias e os agentes culturais - e promover a construção de diferentes projetos, de geometrias variáveis, que correspondam às necessidades e especificidades dos territórios e à vontade efetiva de cooperação dos seus membros.

Acreditamos que o Fórum Político e os documentos complementares são contributos válidos para este processo. A Artemrede mantém uma atitude empenhada de colaboração, acompanhada pela expectativa de reconhecimento e valorização das preocupações e das propostas apresentadas.

# DOCUMENTO - BASE

## O FÓRUM POLÍTICO: APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

O Fórum Político da Artemrede é um encontro de autarcas e de outros decisores políticos para a discussão de matérias de política cultural. Foi criado no contexto do Plano Estratégico e Operacional de 2015-2020 da Artemrede e insere-se na atuação da rede enquanto projeto de cooperação cultural intermunicipal com vista ao desenvolvimento dos territórios. O facto de a Artemrede ser uma associação composta por 16 municípios de sensibilidades políticas diversas qualifica-a para promover um debate, pertinente para além do seu território, e que contribua para influenciar decisões políticas e estratégicas na área cultural e da coesão territorial.

O Fórum Político é, assim, uma reunião entre pares, ainda que oriundos de contextos diversos, com diferentes níveis de decisão e de campos políticos convergentes e opostos, para discutir, ouvir e apresentar ideias, preocupações e propostas relevantes para os territórios e para as comunidades. É um momento para o debate e para o pensamento políticos. É um espaço de cooperação, ainda que não isento de confronto, com o objetivo de gerar propostas concretas no campo da gestão e da formulação de políticas culturais das autarquias e do Estado.

É importante recuperar para este 3º Fórum Político alguma da reflexão produzida no anterior, em Maio de 2017, sobre a territorialização das políticas públicas de cultura. Apesar da complexidade deste debate, que engloba processos como a descentralização de competências, foi consensual a defesa da territorialização das políticas culturais como um meio de correção das assimetrias em matéria de criação e fruição cultural, por três razões fundamentais: (1) porque mobiliza e garante um melhor aproveitamento dos recursos endógenos de cada território; (2) porque é mais eficaz do que a ação a partir da capital; e (3) porque é um contributo para a competitividade do território.

Algumas ideias foram levantadas nesse debate e que devem transitar para a discussão deste 3º fórum:

- O conceito de '**novas centralidades**', que implicaria uma definição territorial menos dependente da capital do que a noção de descentralização e que passa pela valorização e potenciação dos recursos locais;
- A necessidade de **qualificar e fortalecer o sistema de atores locais**, gerando massa crítica e a capacidade de iniciativa do território, pois só assim este passa a ser **sujeito** de políticas públicas, e não apenas objeto;
- A expressão '**territórios pertinentes**', que não decalcam necessariamente a geografia e as linhas administrativas – de uma NUTII ou III – mas antes se organizam segundo relações reais, de ajuda mútua, ação concertada e eficácia;
- A importância de encontrar **modelos adequados a cada território**, em detrimento de uma única solução homogénea ou da replicação de formatos;
- A **cooperação** como chave para a qualificação e para o desenvolvimento dos territórios: cooperação entre municípios; corresponsabilização entre Estado central e Autarquias; parcerias entre entidades públicas e privadas, entre as quais os agentes culturais locais; colaboração entre a cultura e outras áreas governativas, como a educação, a intervenção social, o turismo e o ambiente.

É, assim, no seguimento deste debate, que propomos discutir no 3º Fórum Político o conceito de redes culturais, o seu papel no desenvolvimento dos territórios e as condições necessárias para a sua atuação e eficácia. Queremos partir destas ideias, da nossa própria experiência, mas especialmente provocar novas reflexões, conhecer outras realidades, formular propostas inovadoras, concretas e realistas que sirvam os territórios e as comunidades.

O 3º Fórum Político assenta, assim, em dois pilares:

1. Este documento de suporte, que lança o tema e as várias questões associadas. Para este texto, para além da reflexão produzida pela Artemrede, incluímos contributos de cinco profissionais cuja experiência e pensamento considerámos relevantes para este debate e, por isso, convidámos a participar com algumas reflexões. São eles António Pinto Ribeiro (programador cultural), Dália Paulo (diretora municipal de Administração e Planeamento na Câmara Municipal de Loulé), Luís Sousa Ferreira (diretor artístico do programa 23 Milhas, da Câmara Municipal de Ílhavo e do Festival Bons Sons, em Cem Soldos/ Tomar), Madalena Victorino (artista e codiretora artística do projeto Lavrar o Mar, em Aljezur e Monchique) e Manuel Gama (investigador do Observatório



de Políticas de Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga). Alguns dos seus contributos, que muito agradecemos, são referidos ao longo deste texto;

2. O debate, no dia do Fórum, assente num formato de trabalho em grupos, dinamizados por facilitadores, e que terá como objetivo dar resposta aos desafios identificados no final deste documento. O Fórum terminará com a apresentação das conclusões por grupo e com uma síntese final, a ser incorporada num documento que será posteriormente tornado público.

## O TEMA: REDES CULTURAIS COMO MODELOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

A Artemrede é um exemplo de cooperação intermunicipal com 14 anos de experiência. Durante o seu percurso tem contribuído, acreditamos, para o desenvolvimento dos territórios onde atua, pela capacidade de agregar escalas, realidades e atores diversos, cruzando os interesses e as especificidades locais com desafios e perspetivas de alcance regional, nacional e internacional. Ligamos artistas, profissionais de cultura, técnicos municipais, autarcas, populações, numa rede que se tem vindo a construir com base em projetos e interesses comuns, mas também em afetos e histórias pessoais. **Acreditamos que a nossa experiência pode contribuir para a criação e fortalecimento de outros modelos de redes e de projetos de cooperação que contribuam assim para uma maior coesão territorial no acesso à cultura, à criação artística e à participação dos cidadãos na vida cultural.**

Na opinião de Dália Paulo, *as redes culturais são hoje um instrumento chave, uma vez que nas suas várias vertentes – de profissionais, temáticas, geográficas, multiáreas – permitem pensar territórios geográficos e mentais mais amplos, ganhando escala, otimizando recursos, qualificando e formando equipas. Por outro lado, possibilitam encomendas, potenciando a médio/longo prazo a fixação de comunidades criativas, assim como permitem maior circulação de espetáculos. Ao funcionarem com geometrias variáveis as redes permitem a cada parceiro manter a sua identidade e autonomia, ao mesmo tempo que o seu trabalho tem um impacto maior na comunidade* e, quando se trate de redes de âmbito regional, permitem uma perspetiva de desenvolvimento territorial regional arreigada na cultura e na arte, concorrendo assim para **potenciar a diferenciação do destino e aumentar a atratividade para a fixação de pessoas**, podendo contribuir para o desenvolvimento económico dos territórios.

Apesar de o trabalho em rede ter sido já amplamente fundamentado e difundido como uma boa prática de aprendizagem interpares, de otimização de recursos, de economia de escala, de concertação e de planeamento estratégico, e o incentivo à criação e à dinamização de redes ter feito parte de diversos programas de financiamento, na verdade **são poucos os exemplos, em Portugal, de redes culturais intermunicipais bem-sucedidas, com visão estratégica e atividade continuada.**

Manuel Gama aponta **a recorrente ausência de estratégias consistentes, nomeadamente no que concerne à estratégia de comunicação** como justificação para que as redes culturais não sejam uma prática ancorada em Portugal. A promoção de redes culturais — formais ou informais e de escala local, regional, nacional ou transnacional —, mais que um perigo, deve ser encarada como uma oportunidade, tanto mais que pode potenciar o amplamente reconhecido papel que a cultura pode ter, nomeadamente, no desenvolvimento sustentável à escala local, regional ou transfronteiriça.

O investigador refere que a implementação e a participação em redes depende de múltiplos fatores, como a afinidade entre os integrantes, ou a disponibilidade para promover processos de mudança de forma a desenvolver programas de melhoria continuada, sendo que aspetos relacionados com **os processos de comunicação e de liderança têm sido apontados como alguns dos entraves à cooperação cultural em rede.** É talvez por isso que, avança ainda, o trabalho em rede em Portugal no setor cultural esteja, à 1ª vista, **a ser entendido mais na perspetiva da criação de um conjunto de infraestruturas, do que na perspetiva de um estabelecimento de uma teia densa de relações.**

Este debate é especialmente oportuno no contexto da proposta de criação da **Rede Nacional de Teatros e Cineteatros**, o projeto-lei nº1020/XIII/4ª que está neste momento em discussão na Comissão de Cultura da Assembleia da República. A proposta reconhece os teatros e cineteatros como 'equipamentos fundamentais na democratização da cultura e elementos centrais no desenvolvimento do território', mas que, 'na grande maioria dos casos, (..) continuam a sobreviver quase sem meios, com uma programação residual e com pouca ligação à comunidade em que se inserem.' Apresenta a criação da Rede Nacional de Teatros e Cineteatros como 'um passo essencial no reconhecimento do papel fundamental dos equipamentos de cultura para o desenvolvimento integrado do país' e 'um instrumento fundamental na clarificação das responsabilidades do Ministério da Cultura no combate e correção das assimetrias regionais.' A integração na rede e, conseqüentemente, **o acesso dos teatros ao financiamento à programação, implica um sistema de credenciação** que assenta num conjunto de critérios relativos à programação, aos recursos humanos, às instala-

ções e equipamentos e à autonomia e gestão. Estes critérios são aplicados independentemente do contexto local e partem de um modelo de Teatro.

Será este, assim, o instrumento mais adequado para promover a coesão territorial? Não acentuará, antes, os desequilíbrios já existentes, concentrando recursos onde estes já existem?

Dália Paulo é favorável à criação de uma *Rede de Teatros, de âmbito nacional, que permitiria aumentar a exigência da tutela da Cultura para com os Teatros ao nível das equipas mínimas, da formação, da programação, transformando a oferta cultural existente no país e potenciando uma verdadeira descentralização cultural, que começaria pela itinerância mas que, a médio prazo, podia fomentar a descentralização de companhias.*

Por outro lado, António Pinto Ribeiro considera que **esta discussão merece ser aprofundada e integrada numa lógica mais abrangente de política cultural.** *A conjugação de políticas culturais com políticas territoriais, a exigência de profissionalização deste sector e a necessidade de recuperação e qualificação destes espaços de produção de conhecimentos, a múltipla funcionalidade dos mesmos, uma visão de compromisso entre o Estado central e as autarquias bem como o requisito da existência dos designados serviços educativos são aspetos que exigem uma profunda reflexão e conseqüentes tomadas de decisão a médio e longo termo.*

O programador cultural observa, no entanto, que **o atual projeto enferma de uma conceção datada** e nesse sentido será necessária uma abordagem que tome em consideração as grandes mutações que se deram nos mecanismos de produção, nas formas de receção – onde um fenómeno de bipolarização se dá quando as artes performativas tendem a ser usufruídas em dois polos opostos: o dos grandes públicos, para as atividades de carácter de entretenimento óbvio, e o dos públicos minoritários, para aquelas que exigem maior investimento de conhecimento do espectador.

António Pinto Ribeiro considera fundamental *conceber esta criação de redes como resultante de uma política cultural maximalizada, considerando estes equipamentos como meios e não como um sector autónomo.* Por outro lado, (...) **não é nem produtivo nem necessário tomar o modelo do teatro e cineteatro como sendo os únicos equipamentos capazes de serem os lugares de produção e criação e difusão da criação performativa, musical ou de distribuição cinematográfica.** (...) A existência de festivais e programações que recorrem a outros espaços heterodoxos porque os mesmos são mais adequados a uma programação atual é uma alternativa real ao edifício do teatro e cineteatro. **Também a rede poderá e deverá ser heterogénea relativamente aos equipamentos parceiros e aos**

**géneros artísticos** e deste modo o empenhamento em redes onde a par dos teatros possam estar museus, centros de artes, bibliotecas, centros de investigação científica e/ou tecnológica com atividade de produção regular, não só dispensa replicar por todo o país o edifício-teatro (cada vez mais em crise relativamente à arquitetura e gestão) como implica uma migração de saberes e práticas e consequentemente públicos com uma muito maior diversidade e riqueza conceptual. **A leitura do projeto pode levar a uma interpretação de um modelo de rede, não só centralista, mas homogéneo em formatos e funções.**

Ora, como afirma Manuel Gama, as redes culturais deveriam ser **comunidades horizontais** (formais ou informais), compostas por uma **malha policentrada de atores sociais** (individuais e/ou coletivos, privados e/ou públicos) que, identificando-se mutuamente e operando no setor cultural, em determinado contexto e em função de pelo menos um objetivo coletivo comum, comunicam eficazmente entre si e, baseados em relações multilaterais, decidem aplicar parte dos seus recursos (humanos, técnicos ou financeiros) para, de forma concertada e estruturada, desenvolver um plano, programa, projeto ou ação.

Acrescentamos que, se a articulação entre Administração Central e Autarquias Locais na garantia da democracia cultural em todo o território é fundamental, esta será mais eficaz e equilibrada se assentar em **modelos de colaboração mais orgânicos**, adequados aos territórios, que partam de interesses comuns e da vontade de construir algo em conjunto. **Redes que incluam a diversidade – de escalas, de equipamentos –, que estejam focados nos territórios e nas comunidades, que promovam a qualificação dos atores locais e a construção de massa crítica, que partilhem e difundam boas práticas de gestão e programação.**

## **O TERRITÓRIO COMO SUJEITO (E NÃO OBJETO) DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA**

Esta afirmação parte da ideia basilar e que foi, aliás, claramente defendida no Fórum anterior, de que não basta distribuir financiamento para atividades e pelo território, numa orientação vertical e centro-periferia. **É preciso que o território seja sujeito das políticas públicas, mas para isso é essencial desenvolver sustentabilidade organizativa e qualificar o sistema de atores locais.** Neste campo é indiscutível o papel do poder local autárquico, que tem sido um sujeito importantíssimo na criação e no fortalecimento desse sistema de atores e na valorização de recursos e de ativos.

O cenário não é, no entanto, igual em todo o território e há acentuados desequilíbrios, provocados por razões diversas que vão desde a falta de visão política à ausência de equipas qualificadas e a recursos físicos e financeiros insuficientes.

Luís Sousa Ferreira acredita que *compete aos poderes políticos, em especial aos de proximidade, criarem contextos artificiais que estanquem, criem e devolvam valor à cultura e defende a importância de envolver as comunidades para criar a necessidade, a pertinência e o sentimento de pertença.* Aponta **estratégias para alcançar o que defende ser uma cultura para todos e de todos:** *projetos artísticos com as escolas, que desenvolvam o espírito crítico e em que se partilhem referências; apoio à criação, tentando que as necessidades das comunidades estejam naturalmente espelhadas nos projetos artísticos; projetos de criação em comunidade, no sentido de criar empatia entre a paisagem humanizada e os artistas; equipar os territórios de ferramentas que permitam o acolhimento de projetos diversificados e multidisciplinares; apoiar e fomentar a criação de associações culturais que trabalhem as referências locais com um sentido global; criar espaços para a reflexão e pensamento, ou seja, criar espaço público e de encontros.*

O programador considera que *em territórios esvaziados de espírito crítico e de agentes da comunidade que trabalhem a cultura e, conseqüentemente, territórios onde as comunidades não têm práticas de consumo, de participação, de criação cultural e de formação, cabe ao poder político criar um projeto cultural que fertilize o território.* Mas, alerta, **não basta lançar sementes para uma terra árida sem providenciar todas as condições que garantam o sucesso e a sustentabilidade da colheita.** E neste ponto defende a existência de **equipas técnicas qualificadas, sem as quais dificilmente se conseguirão resultados com benefícios duradouros para as comunidades:** *os municípios são responsáveis por 60% do investimento na cultura nacional. Contudo, na sua grande maioria, não detêm equipas técnicas e, quando têm, comportam-se muitas vezes como técnicos domésticos sem autonomia política, projeto ou referências. Hoje em dia, mais do que a ausência de financiamento, temos uma injeção de capital em território árido, sem método, sem objetivos claros, espelhados em projetos cata-vento. Todo este investimento fomenta e legitima os preconceitos com que a cultura se depara.*

A importância da existência, nos municípios, de equipas qualificadas e com autonomia técnica e de projetos de programação consistentes, inovadores, continuados, atentos ao território e que convoquem as comunidades, foi referida por todos os que contribuíram para este documento.

Dália Paulo, referindo-se ao papel dos teatros municipais e dos equipamentos municipais de cultura de uma forma geral:

*Um teatro municipal é hoje um equipamento que atua dentro e fora do edifício, que se deve **envolver com e nas comunidades**, que deve praticar uma **escuta ativa do território, da arte e dos públicos**. Que deve **apostar na formação** como fator de futuro. Que deve ser um **palco de questionamento e de implicação** com a sociedade, realizando uma programação comprometida, com valores. Desafiando, por um lado, os artistas a refletir sobre temas da atualidade, ao mesmo tempo que os liberta dessa necessidade e os convida à experimentação. Deve proporcionar ao público momentos de espanto, de conforto, de reflexão, de interrogação, de alegria, de (des)construção, de simbioses múltiplas, através de uma **programação regular e, simultaneamente, arrojada e de continuidade**. Para que isto aconteça é necessário a existência de **equipas qualificadas, de autonomia de programação**, que concorram para a concretização da política cultural municipal. **Quantas vezes isto acontece fora dos grandes centros ou de pequenas cidades que apostam na Cultura como fator de transformação e diferenciação do território e das pessoas?***

Madalena Victorino também aponta a importância da programação cultural na construção de cidade: *Através de uma programação que a cada cidade cabe inventar, poderemos chamar a atenção para as questões prementes que o mundo vive, como para o pensamento mais abstrato, a evocação, a metáfora, a memória e a projeção do futuro. É nos universos e imaginários artísticos que reside uma riqueza excepcional de visionamento de uma vida cheia de possibilidade, de tolerância e de amplitude. **A cada cidade cabe reinventar a sua cultura. A sua identidade cultural e artística.** Só assim a poderá depois oferecer a outros. A outras parcerias, a outros encontros, a estratégias intermunicipais, por exemplo, que ganham umas com as outras pela acumulação de riqueza diversificada e original.*

**A democracia cultural dependerá, assim, de múltiplos fatores endógenos e exógenos aos territórios e de uma partilha de responsabilidades**, na qual o Estado Central, em especial o Ministério da Cultura, não pode ficar de fora. **A responsabilização e a articulação são vetores essenciais de uma política de coesão territorial** que não deve assentar numa lógica de distribuição de financiamento ou de produtos do centro para a periferia, mas na **cooperação** entre diferentes interlocutores e na **valorização** das especificidades dos territórios e dos seus atores.

Parece-nos, assim, determinante que **esta preocupação seja transversal a todas as medidas que tenham em vista a promoção do acesso à criação e à fruição cultural em todo o território**, sejam estas iniciativas do Ministério da Cultura, em-

nem de projetos da Assembleia da República ou estejam incluídas em programas financiados pelos fundos estruturais.

Como recorda Luís Ferreira uma declaração de José Afonso quando este afirmou que *a revolução cultural não passaria por ele ter oportunidade de ir tocar a mais sítios. A verdadeira revolução cultural teria acontecido se ele chegasse a esses sítios e encontrasse música de lá.*

## O DESAFIO DO 3º FÓRUM POLÍTICO

No seguimento das questões levantadas até aqui, propomos que os participantes no 3º Fórum Político da Artemrede reflitam e discutam sobre estes assuntos e que dessa discussão possam resultar **propostas concretas e compromissos definidos.**

Para isso, vamos organizar grupos, equilibrados em número, geografias, sensibilidades políticas e níveis de responsabilidade. Cada grupo terá um facilitador, responsável por provocar a discussão, e um relator, com a tarefa de registar e apresentar, no final, as conclusões do seu grupo.

Propomos que a discussão parta de algumas das questões abordadas neste documento, nomeadamente:

- **Que papel devem ter os municípios na construção de um modelo de financiamento e de cooperação entre o Governo e as Autarquias**
- **Quais as principais fragilidades, no campo cultural, existentes nos territórios periféricos e o que deve/pode ser feito para as ultrapassar**
- **Que modelos e formatos de redes culturais podem e devem ser experimentados (geografias, naturezas dos parceiros, áreas de intervenção, natureza jurídica, etc) e que condições devem ser garantidas para a sua criação e/ou fortalecimento**

No âmbito desta discussão, e respondendo às questões anteriores, solicitamos que cada grupo apresente as suas ideias, enquadrando-as nas seguintes categorias:

- **proposta inovadora, concreta e realista**
- **compromisso de ação**
- **opinião / comentário / alerta**

As propostas e os compromissos devem identificar claramente os interlocutores / parceiros / recursos / prazos.

Após a apresentação, por cada grupo, existirá um curto espaço para esclarecimentos e questões, ao qual se seguirá uma intervenção que apresentará as conclusões finais, sintetizando o trabalho realizado por todos os grupos.



# 3º fórum POLÍTICO ARTEMREDE

REDES CULTURAIS:  
modelos de cooperação para o desenvolvimento dos territórios

---

**14h00** – RECEÇÃO DOS PARTICIPANTES

**14h30** – BOAS-VINDAS  
Diogo Mateus, Presidente da Câmara Municipal de Pombal

**14h45** – ABERTURA  
Catarina Vaz Pinto, Presidente da Direção da Artemrede

**15h00** – APRESENTAÇÃO DO TEMA E DA METODOLOGIA DE TRABALHO  
Marta Martins, Diretora Executiva da Artemrede

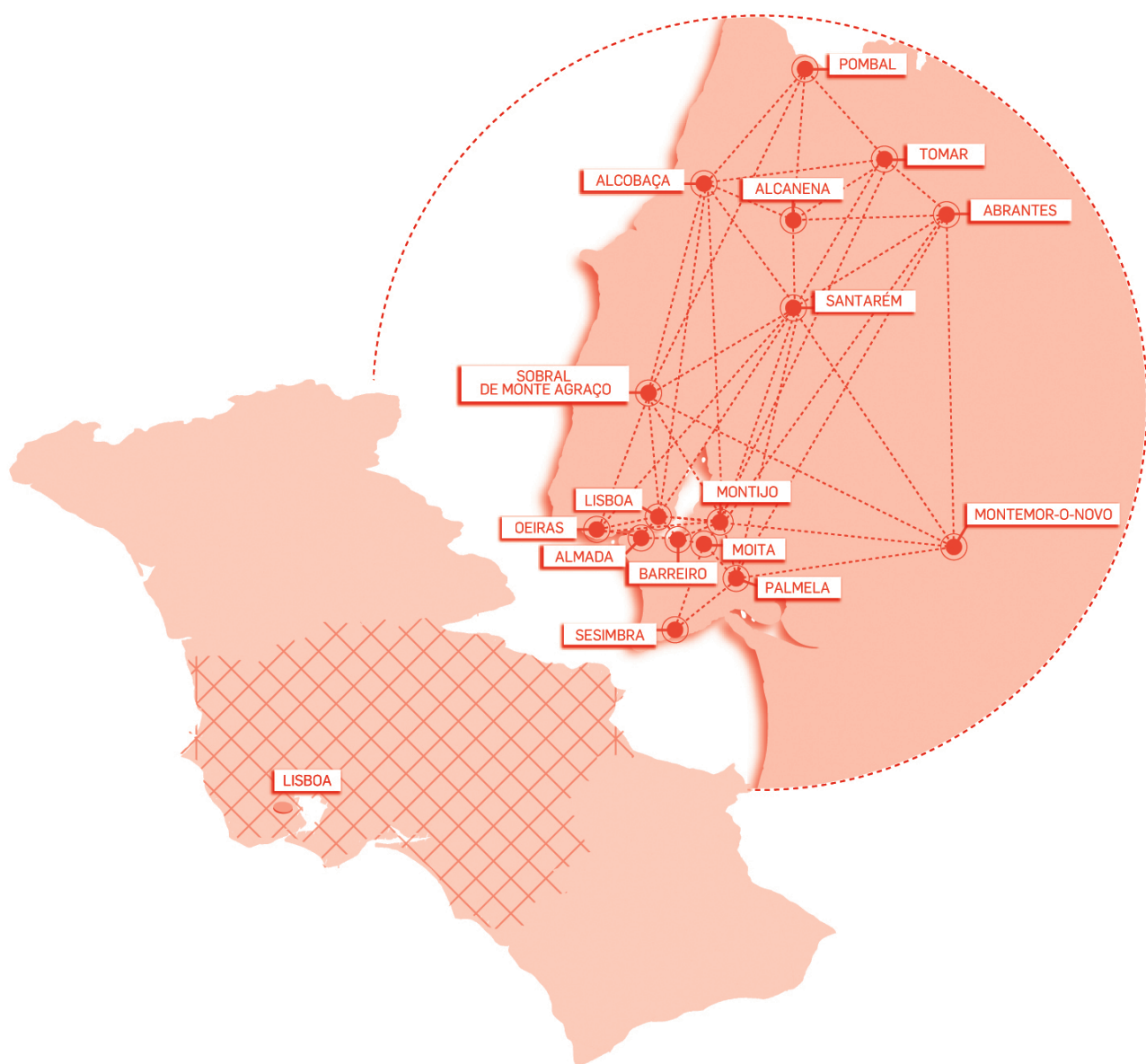
**15h30** – INÍCIO DOS TRABALHOS

**17h30** – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DEBATE

**18h30** – CONCLUSÕES  
Vânia Rodrigues

**18h45** – ENCERRAMENTO  
Maria do Céu Albuquerque,  
Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional

**19h00** – BRINDE FINAL  
oferecido pelo Município de Pombal



#### SEDE

Teatro Sá da Bandeira  
Rua João Afonso, 7  
2000-055 Santarém // Portugal

#### ESCRITÓRIOS

Palácio João Afonso  
Rua Miguel Bombarda, 4 - R/C  
2000-080 Santarém // Portugal

T 243 322 050 / 243 321 878  
artemrede@artermede.pt  
www.artemrede.pt

[www.facebook.com/artemrede](https://www.facebook.com/artemrede)  
[www.instagram.com/artemrede](https://www.instagram.com/artemrede)  
#artemrede